

"Deus seja louvado"

Projeto de Lei nº XXX/2025

EMENTA: "Altera 0 Artigo 151 da Lei

Complementar nº 06, de 25 de janeiro de 2002, que

dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do

Município de Vila Velha, para incluir novas

hipóteses de ausência justificada ao serviço. "

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Artigo 151 da Lei Complementar nº 06, de 25 de janeiro de 2002, que "Dispõe

sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha", passa a vigorar

acrescido do seguinte inciso:

"Art. 151. Será considerada justificada a ausência do servidor ao serviço quando esta

ocorrer: (...) VI - para a realização de provas ou exames finais em estabelecimento de

ensino oficial ou reconhecido e para prestar concurso público, mediante comprovação

de inscrição e horário de realização. " (NR)

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações

orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

R. Antônio Ataíde, 686 - Centro Vila Velha



"Deus seja louvado"

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo aprimorar o Estatuto dos Servidores

Públicos do Município de Vila Velha, Lei Complementar nº 06, de 25 de janeiro de 2002,

por meio da inclusão de um novo inciso em seu Artigo 151. Esta proposta, apresentada

pela Associação dos Guardas Municipais e Operadores de Segurança Pública Municipal

do Estado do Espírito Santo (AGM-ES), visa ampliar as hipóteses de ausência justificada

serviço, reconhecendo a importância da qualificação profissional e

desenvolvimento pessoal dos servidores.

Atualmente, o Artigo 151 do Estatuto já elenca diversas situações em que a ausência do

servidor ao serviço é considerada justificada. Contudo, a dinâmica do mercado de

trabalho e a crescente necessidade de aprimoramento contínuo dos profissionais exigem

que a legislação municipal acompanhe essa evolução. A possibilidade de o servidor se

ausentar para a realização de provas ou exames finais em estabelecimentos de ensino

oficiais ou reconhecidos, bem como para prestar concurso público, é um direito

fundamental que fomenta a educação e a busca por novas oportunidades de carreira.

A inclusão do inciso proposto encontra respaldo em legislações de outras esferas, como

o Artigo 30, inciso V, alínea "a" da Lei Complementar nº 46/1994, que trata do Estatuto

dos Servidores Públicos Civis do Estado do Espírito Santo. Essa consonância com

normas de outros entes federativos demonstra a razoabilidade e a pertinência da medida,

alinhando a legislação municipal às melhores práticas de gestão de pessoal.

Os principais benefícios da aprovação deste Projeto de Lei são:

R. Antônio Ataíde, 686 - Centro Vila Velha

ES - CEP: 29100-290 - Tel.: (27) 3219-6971



"Deus seja louvado"

- Valorização do Servidor: Ao garantir o direito à ausência para fins educacionais e de concurso, o Município demonstra seu compromisso com a valorização do capital humano, incentivando o servidor a investir em sua formação e qualificação. Este incentivo reflete positivamente na motivação e no bem-estar dos profissionais.
- 2. Aprimoramento da Administração Pública: Servidores mais qualificados e com maiores oportunidades de desenvolvimento profissional tendem a ser mais motivados e a desempenhar suas funções com maior eficiência, o que se reverte em benefícios diretos para a qualidade dos serviços prestados à população. A constante atualização do conhecimento é vital para a excelência do serviço público.
- 3. Equidade e Justiça: A medida promove a equidade, assegurando que o servidor não seja penalizado por buscar seu desenvolvimento pessoal e profissional, compatibilizando suas atividades laborais com seus objetivos de estudo e carreira. É uma forma de garantir que o acesso à educação e a novas oportunidades seja facilitado, sem ônus desproporcionais ao servidor.
- 4. Modernização da Legislação: A atualização do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais alinha a legislação de Vila Velha às demandas contemporâneas dos trabalhadores e às melhores práticas de gestão de pessoal, tornando-a mais justa e completa.

Em suma, este Projeto de Lei representa um passo importante para fortalecer os direitos dos servidores municipais, assegurando a compatibilização entre suas atividades laborais e sua qualificação profissional. É um investimento no futuro do serviço público municipal, que resultará em uma força de trabalho mais capacitada e engajada.





"Deus seja louvado"

Contando com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação desta relevante matéria, reitero o compromisso com o bem-estar e a eficiência dos nossos valorosos servidores municipais.

Atenciosamente,

PATRICK DA GUARDA

Vereador da Câmara Municipal de Vila Velha.





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade utilizando o identificador 3200380038003300390030003A005000

Assinado eletronicamente por VEREADOR PATRICK DA GUARDA em 05/08/2025 12:42 Checksum: 5D03E1E9F557201C499FA6820A9F2DA3F88E8416454A6F9C433E79BF9D34C478

